

DO PROBLEMA AO PLEBISCITO: O PROJETO DE EMANCIPAÇÃO DA BARRA DA TIJUCA

From the problem to the plebiscite: The Barra da Tijuca emancipation project

Sarah Beatriz Oliveira do Nascimento

Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e recém-egressa no programa de mestrado em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Integra o Laboratório de Estudos da Cidade (URBANO - UFRJ) desde 2020 e também participa das discussões e eventos do grupo CASA, no IESP.

Resumo

Este artigo tem como objeto a emancipação da Barra da Tijuca, levada a plebiscito na década de 1980 e retomada em 2022. A movimentação deste plano faz parte da história da cidade do Rio de Janeiro e levou à criação de grupos de discussão que ainda não foram explorados. A análise está focada na Barra da Tijuca, que de acordo com as pesquisas de mercado, é um dos bairros que mais crescem no Rio de Janeiro. A partir de uma investigação qualitativa, a elaboração tem o objetivo de identificar os agentes do projeto de emancipação do bairro, suas motivações, relações e estratégias nas décadas de 1980 e de 2020.

Palavras-chave: Barra da Tijuca; municipalização; estudos urbanos

Abstract

The subject of this article is the emancipation of Barra da Tijuca, which was taken to a plebiscite in the 1980s and resumed in 2022. The implementation of this plan is part of the history of the city of Rio de Janeiro and led to the creation of discussion groups that have yet to be explored. The analysis is focused on Barra da Tijuca, which, according to market research, is one of the fastest growing neighborhoods in Rio de Janeiro. Based on a qualitative investigation, the study aims to identify the agents of the neighborhood emancipation project, their motivations, relationships and strategies in the 1980s and 2020s.

Keywords: Barra da Tijuca; municipalization; urban studies

Introdução

A Barra da Tijuca é um bairro da cidade do Rio de Janeiro com 394.037 habitantes (2020), conhecido pelas suas praias, empreendimentos comerciais e imobiliários e pela ocupação de pessoas de classe média e alta¹. Quem mora há no mínimo vinte anos no Rio de Janeiro pode já ter ouvido sobre o momento em que a Barra tentou virar município. Porém, pouco se sabe sobre o processo que levou seus moradores a plebiscito na década de 1980. O objeto deste estudo é o Projeto de Emancipação da Barra da Tijuca, que teve seu ápice em dois momentos: em 1988, com o plebiscito, e em 2022, com uma manifestação de moradores pró emancipação. Por meio de uma investigação no *Jornal do Brasil*, em mídias online e de entrevistas, esse estudo pretende identificar os principais agentes das campanhas em torno do projeto de emancipação da Barra da Tijuca, refletindo acerca de suas criações.

A pesquisa compreende o conceito de localidade elaborado por Arjun Appadurai (1996), em que os espaços urbanos são produzidos em processos simbólicos e materiais. Segundo o autor, os sentidos, os símbolos e as imaginações que as pessoas atribuem aos espaços constroem o lugar de maneira objetiva. A literatura acerca da urbanização da Barra mostrou as representações que foram construídas ao longo da história, destacando as criações que associam o bairro ao futuro do Rio de Janeiro. Porém, essa outra invenção que sugere a separação do bairro da cidade, ainda não foi analisada pela perspectiva das Ciências Sociais. Quais redes criaram o Projeto de Emancipação? Quais interesses motivaram os esforços para municipalização na década de 1980? A quem e por que interessa sua retomada em 2020?

Em “Quando a Rua vira casa”, Carlos Nelson F. dos Santos (1985), sugere que as interações de um espaço podem ser compreendidas como uma “peça”, evidenciando processos de inclusão e exclusão. Nesse contexto, o Projeto de Emancipação dá origem a um “palco” onde se apresenta a ação política característica da Barra da Tijuca. Tomar esse processo como objeto é relevante, pois estamos analisando um dos bairros mais procurados para se viver no Rio de Janeiro.

Nessa pesquisa, que é fruto de uma iniciativa científica apoiada pelo CNPQ no Laboratório de Estudos da Cidade, o esforço de analisar as “atividades criadoras” na Barra se dá em torno de uma disputa política, que teve como resultado o fracasso do Plebiscito da Barra em 1988. Este fracasso é mais um fator que aponta o Projeto de Emancipação enquanto uma obra a ser investigada, pois se já foi identificada a existência de um imagi-

¹ BARRA DA TIJUCA (Bairro). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Barra_da_Tijuca. Acesso em: 02 out. 2024.

nário específico à Barra da Tijuca, falta compreender o porquê dele não ter se concretizado por meio da municipalização. Além disso, é necessário enunciar os grupos que resgatam a discussão em 2022.

Metodologia

Este trabalho qualitativo foi conduzido por uma análise de arquivos. Como estratégia, a etnografia é utilizada para compreender um evento a partir dos seus agentes, evidenciando o relato das pessoas e estabelecendo uma relação com elas. Desse modo, a investigação por meio de arquivos revela-se como uma forma de etnografia. É possível fazê-lo identificando registros com sensibilidade etnográfica, isto é, que interagem com os interlocutores, dando atenção especial às suas intersubjetividades.

A busca por essas obras ocorreu no acervo da Biblioteca Nacional, nas edições do *Jornal do Brasil* da década de 1980 até os dias de hoje. Esse caminho metodológico foi adotado, pois o *Jornal do Brasil* era um dos periódicos com maior circulação na década de 1980, juntamente com *O Globo*. O jornal *O Globo* também foi consultado, no entanto, suas ocorrências revelaram um foco mais técnico. Em “Entre o passado e o presente, o futuro”, Rodolfo Alves mostrou que o *Jornal do Brasil* foi um agente importante no processo de urbanização da Barra da Tijuca, participando de intervenções como a criação de grupos de trabalho e a contratação de Lúcio Costa, arquiteto responsável pelo plano urbanístico de Brasília, para planejar o bairro. Por esse motivo, esse veículo de informação foi privilegiado na análise.

Em 2022, um texto que abordava o resgate desta pauta em uma manifestação de moradores na Praia da Barra circulou em diversos canais de comunicação como *O Globo*, *G1e Uol*, indicando Roberto Monteiro de Pinho como o novo interlocutor dos emancipacionistas. A investigação sobre esse personagem levou à Associação Nacional e Internacional de Imprensa (ANIBRPRESS), da qual é diretor. A ANIBRPRESS assina diversos textos sobre a

Emancipação da Barra da Tijuca no *Última Hora Online*, uma agência de notícias onde jornalistas independentes comentam diversos temas. Esta plataforma foi escolhida para a investigação do Projeto de Emancipação da Barra nos anos 2020, sendo a maioria das ocorrências entre 2022 e 2023².

Nas buscas, foram utilizadas as expressões “Plebiscito da Barra” e “Emancipação da Barra”. No *Jornal do Brasil*, foram analisadas 253 publicações. As informações foram organizadas em um banco de dados, em que as ocorrências foram registradas com “ano”,

² ÚLTIMA HORA ONLINE. Disponível em: <https://www.ultimahoraonline.com.br/>. Acesso em: 02 out. 2024.

“editorial”, “manchete”, entre outras referências. Categorias como “Associações de moradores”, “Associações industriais e comerciais”, “Partidos políticos” e “Órgãos de governo” surgiram ao longo do processo, com o objetivo de identificar a presença e as formas de atuação desses grupos. No Última Hora Online, foi incluída a categoria “ambientalistas” para representar um novo grupo envolvido na disputa acerca do projeto de municipalização.

Dadas as escolhas para a análise, é importante lembrar que “o que chamamos de nossos dados são realmente nossas próprias construções das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem.” (GEERTZ, 1978, p.19). Isso quer dizer que a investigação social por meio de interlocutores no *Jornal do Brasil* e no Última Hora Online tem seus limites. Embora o sistema utilizado busque mapear os diferentes agentes e grupos envolvidos na discussão, é possível vê-los transitar entre essas e outras posições. Por exemplo, um mesmo personagem pode ser representante de uma associação comunitária, mas também representar a política ambiental. Para além desse movimento, a imagem dos agentes está atravessada pela perspectiva dos veículos escolhidos.

Segundo Fonseca (2008), *O Jornal do Brasil* passou por diferentes direções desde a sua fundação no século XIX, e as opiniões de seus representantes sempre transpareciam na postura editorial do jornal³. No Última Hora Online, é possível identificar um viés, pois todas as ocorrências são assinadas pela ANIBRPress, o que sugere que apenas um grupo específico tem interesse em discutir essa pauta na plataforma. No entanto, a característica mais marcante dessas mídias é a sua disposição em abordar temas de interesse popular. Além das posições que adotam e das estratégias narrativas que utilizam, o foco está em noticiar os acontecimentos políticos, as festas populares, os problemas urbanos, entre outros elementos da rotina comum aos brasileiros. É essa característica que permite que essas mídias sejam utilizadas como fonte de parâmetros.

Seguindo a análise qualitativa, foram realizadas duas entrevistas com integrantes da *Câmara Comunitária da Barra da Tijuca*, uma associação de condomínios e empreendimentos na localidade. Procurei essa instituição, pois ela é conhecida por estar em disputas com o poder público e mobilizar recursos alternativos para a manutenção do bairro. As perguntas abordaram as expectativas sobre a vida na Barra da Tijuca e as opiniões acerca do Projeto de Emancipação ao longo do tempo.

As representações da Barra da Tijuca

Segundo Adriana Lima (2005), no início da década de 1960, existia uma extensa

³ FONSECA, Letícia Prudence. A construção visual do *Jornal do Brasil* na primeira metade do século XX. 2008. Dissertação (Mestrado em Design) – Programa de Pós-Graduação em Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 23-58.

área verde na região, habitada por poucas famílias de pescadores. No entanto, na metade da década, a Zona Oeste começou a se destacar como o principal foco de expansão da cidade, atraindo novos moradores e empreendimentos. Esse movimento gerou preocupações, uma vez que a área passava por um processo de transformação acelerada. Rodolfo Alves (2020) enunciou as imobiliárias, a Associação Comercial da Barra e os moradores como atores desse processo. Para eles, a solução era mobilizar recursos para planejar a Barra da Tijuca a fim de evitar os erros do passado, resultado de “um modelo de ocupação vista como saturada” (ALVES, 2020).

“Primeiro era só paisagem”. A partir do plano imaginou-se prédios comerciais de vinte e cinco a trinta andares, lotes residenciais, conjuntos de edificações com utilidades pública e privada, uma orla hoteleira e espaços destinados ao lazer como praças, museus e campo de golfe⁴. Apesar de ser o autor do plano urbanístico, essa imaginação não parte apenas do arquiteto Lúcio Costa, mas de grupos imobiliários e comerciais que viam na Barra uma oportunidade para empreendimentos e dos moradores que associavam a ausência de planejamento e suas consequências à desordem.

Em “Do passado ao presente: o futuro” (2020), Alves mostrou que o *Jornal do Brasil* apontava a urbanização da região como um processo irrefreável, que na ausência de administração se definiria pelos mesmos erros observados em outros bairros. Nas ocorrências, os grupos de interesse e os moradores abordaram a barra como o “paraíso” e o “Rio do Futuro”. Os bairros mais antigos como Centro e Copacabana foram caracterizados por uma ocupação “predatória e irracional” que teve como efeito a verticalização, a favelização e o afogamento do trânsito.

Apesar da atribuição dessas imagens, o desenvolvimento urbano da Zona Oeste não era natural como diziam. A articulação das imobiliárias, da associação comercial e as promessas do governo contribuíram para que a urbanização da Zona Oeste fosse reconhecida como o “futuro do Rio. (ALVES, 2020, p.146)

O Plano Urbanístico da Barra se materializou na década de 1970, tempo em que ocorreram as construções da pista lagoa-barra e de empreendimentos comerciais imobiliários. O curta “A cidade cresce para a Barra” (2003) aponta esse processo como a terceira fase de ocupação do Rio de Janeiro em que a Barra estabeleceria unidade a uma cidade partida em duas porções desiguais, a Zona Sul e a Zona Norte. A partir do olhatecnico do arquiteto Lúcio Costa, a região seria caracterizada como o centro metropolitano norte-sul e leste-oeste da cidade.

4 **TOTEM FILMES**. A cidade cresce para a Barra. [Curta-metragem]. 1970. Mostra de Arquitetura 2003, Museu de Arte Moderna, RJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O0ZkvBWEZNw>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Nos anos seguintes, a Barra da Tijuca se tornou protagonista do crescimento urbano. As imaginações sobre a Barra como o “Rio do Futuro” atraíram a elite e os novos ricos. A construção de condomínios, shoppings, supermercados e contratação de serviços privados como segurança particular, fomentaram entre os moradores o sentimento de autossuficiência. Além disso, desenvolveu-se o desejo de afastamento dos problemas que afligem o resto da cidade, refletindo a ideia de que “os ricos cuidarão de si mesmos e criarão sua própria ordem diferenciada” (CALDEIRA, 1991). Esse processo levou a um isolamento socioespacial. Analisando essa dinâmica na Barra da Tijuca, Rodrigo Águeda denominou esse fenômeno de “processo de fechamento”, que marca uma nova relação com a cidade.

Projeto de emancipação da Barra

O Plano Urbanístico da Barra foi construído sobre uma fórmula que evitava repetir os erros que haviam gerado verticalização e favelização em outros bairros. Ele se caracterizou pela racionalidade e tinha o objetivo de estabelecer limites ao adensamento urbano. No entanto, o mercado imobiliário tornou-se o principal oponente do Plano Lúcio Costa, edificando a Barra e tornando a ocupação ainda mais acelerada.

Com o planejamento, as construções ocorreriam de forma setorizada, as avenidas seriam largas e arborizadas, minimizando os impactos às paisagens que tornavam a região diferente e atrativa. Mas foi essa mesma atratividade que trouxe os empreendimentos e o adensamento populacional para o bairro, que no final da década de 1970 havia passado a ter cerca de vinte mil habitantes⁵⁵. Desde esse momento, vimos que o espaço material, assim como as representações da cidade, do bairro e da relação da Barra da Tijuca com o Rio de Janeiro estão sendo disputados.

Na década de 1970, o crescimento da Barra mobilizou os moradores, as imobiliárias, as associações comerciais e os órgãos de governo do Rio de Janeiro. Nesse processo, os grupos de iniciativa privada expressavam a necessidade de descentralização e constante revisão do plano Lúcio Costa. Essas demandas buscavam acompanhar o desenvolvimento do bairro, criando uma disputa material e simbólica sobre o espaço urbano. Mais tarde, na década de 1980, a mesma narrativa seria utilizada para compor o projeto de municipalização.

A construção simbólica sobre o residente da Barra, sobre como ele se enxerga e é enxergado pelos outros, advém de processos de materialização, em que a vida no bairro “está associada aos condomínios fechados, que apresentam uma infraestrutura comple-

5 BARRAZINE. Conheça a incrível história da Barra da Tijuca. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.barrazine.com.br/2021/12/conheca-a-incriveis-historia-da-barra-da-tijuca/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

xa (restaurantes, transporte, lazer) e em sistemas de segurança que se pretendem totais.” (LIMA, 2021).

Além das edificações, as imobiliárias criaram representações da Barra da Tijuca que promoviam “uma nova forma de viver”. Suas campanhas publicitárias apresentavam o bairro como o caminho “para sair da cidade sufocada, congestionada, desumana e ruidosa”, um “paraíso” em que “teriam, ao contrário, uma nova forma de vida, com tranquilidade, ar puro, luz e praia à disposição.” (ALVES, 2020). Assim, elas atuaram como mediadores que aglutinam os sentimentos de um grupo de pessoas.

Partindo da perspectiva antropológica, Appadurai explicou que o conhecimento de uma localidade está relacionado à produção de características materiais, que alinhadas às significações dos indivíduos podem produzir um efeito de reprodução e organização social. A criação de imaginários acerca do lugar circula e chega às pessoas antes de estarem fisicamente nele. Os moradores do Rio de Janeiro acessam essas representações e entendem a Barra como um lugar diferente. Aqueles que chegam a Barra internalizam essas representações e as reproduzem, consolidando um processo de diferenciação social.

O processo de urbanização da Barra contou com criações materiais e imateriais que explicam a disputa acerca da municipalização. Nesse processo, o Plano Lúcio Costa e a atuação das imobiliárias aparecem como elementos centrais. O conflito em torno do plano urbanístico evidencia uma disputa sobre o território, mas também sobre as noções que se tem da Barra da Tijuca em relação à cidade. Nesse debate, os moradores, os agentes públicos e os representantes dos mercados privados negociavam a materialização e a representação da Barra da Tijuca como o futuro do Rio de Janeiro.

Mas ainda que possamos identificar no passado os elementos que levaram ao momento do plebiscito, a investigação nas ocorrências do Jornal do Brasil mostrou que o projeto de emancipação ocorreu de forma diferente dos planos anteriores. Segundo Alves (2020), ao se depararem com o rápido crescimento urbano da região, diferentes atores negociaram as soluções para o problema. As aspirações para a Barra da Tijuca e as imaginações negativas do Rio de Janeiro chegaram ao governo do estado, que com o objetivo de estender a cidade em direção à Zona Oeste, criou e realizou adaptações ao Plano Urbanístico.

Na década de 1980, as campanhas acerca do Projeto de Emancipação da Barra parecem ter feito o contrário; surgiram em grupos específicos e só depois de discutidas em esferas governamentais passaram a mobilizar a população, que pela lei, foi incumbida de tomar a decisão no plebiscito. O primeiro registro da expressão “Plebiscito da Barra” apareceu no Jornal do Brasil em novembro de 1987. Na página, estão estampados os rostos de Milton Temer, de Saturnino Braga, de Cláudio Becker e de Rubem Medina; um deputado estadual, o prefeito da cidade, o presidente da associação de moradores da

Barra e um deputado federal. Junto a eles aparecem nomes como o de Moreira Franco, governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, ex-prefeito da cidade, Roberto Medina, publicitário bem-sucedido e Ney Suassuna, presidente do colégio Angloamericano, localizada Barra.

Nessa ocorrência, há uma fala de Gilberto Rodrigues, Presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro naquele momento, que ao tratar da decisão de levar ou não o Projeto de Emancipação a Plebiscito, anuncia: “Não há mais o que se discutir. A decisão é soberana na Assembléia. O assunto está encerrado”⁶ para dizer que a instituição legislativa tinha aprovado o processo. Este interlocutor, já conhecido pela população em detrimento da sua posição institucional, é apresentado como um dos principais apoiadores da emancipação. O Jornal do Brasil explica que a proposta de Emancipação da Barra foi apresentada à entidade num documento que reunia cerca de 100 assinaturas de moradores da Barra da Tijuca, quantidade mínima para iniciar o processo em seu âmbito legal, embora o bairro já contasse com mais de vinte mil habitantes.

Os interlocutores encontrados revelam que o Projeto de Emancipação da Barra não foi uma criação do coletivo do bairro. A municipalização é introduzida ao público já criada e votada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. A ocorrência mencionada mostra que a discussão em torno do projeto de emancipação é apresentada pronta para a população, com figuras públicas como representantes, expondo suas argumentações e contra-argumentações.

Após esse momento, tiveram início as campanhas que dividiram os agentes em dois grupos: o grupo do “sim”, denominado emancipacionista, e o grupo do “não”, conhecido como “situacionista”. Este último nome refere-se à noção de situacionismo apresentada por Fabricio Tomio (2022), que trata a dificuldade de associar a municipalização a uma iniciativa individual, o que facilita a adoção de uma postura contrária à proposta. O resultado que levou à vitória do grupo do “não”, determinando a continuidade da tutela da cidade do Rio de Janeiro sobre a Barra da Tijuca, acentua o questionamento acerca das motivações e dos significados atribuídos ao Projeto de Emancipação.

Os emancipacionistas

O nome mais frequentemente associado ao movimento emancipacionista é Roberto Medina. O empresário havia se tornado uma figura pública por suas realizações como presidente da Artplan, um empreendimento da área de comunicação. Ele se tornou um publicitário conhecido por ser o primeiro a trazer artistas internacionais para eventos brasileiros. Em seu comando, o grupo Artplan idealizou o Rock In Rio, uma experiência

6 **OPOSIÇÃO** se mobiliza contra a emancipação da Barra. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 00226 (2), 20 nov. 1987. Caderno Cidade, p. 11.

publicitária imersiva, que em sua primeira edição (1985), contou com grandes nomes da música nacional e internacional, alcançando 1 milhão e 380 mil espectadores, segundo a plataforma do festival.

A posição privilegiada de Roberto Medina na indústria da comunicação é importante para essa análise porque ele aparece no *Jornal do Brasil* como o principal representante dos emancipacionistas. Considerando a sua trajetória de sucesso, Medina obteve relevância diante de todo o Brasil. Ao longo da década de 1980, a sua atuação no mercado lhe deu a capacidade de influenciar pessoas e organizar grandes eventos. A sua primeira aparição na discussão sobre a emancipação da Barra no *Jornal do Brasil* é dada sobre destaque, em “Medina vislumbra felicidade”⁷.

Roberto Medina foi um dos principais agentes do Projeto de emancipação na década de 1980. Ele integrou o Comitê de Emancipação da Barra, responsável por desenvolver os argumentos que justificavam a proposta e os estudos que sustentavam a viabilidade do projeto, além de liderar a campanha eleitoral para o plebiscito. Ney Suassuna também foi uma figura relevante entre os emancipacionistas. Ele produziu o documento com assem assinaturas necessárias para dar início ao trâmite da criação de municípios nas esferas governamentais. Ele, que era o presidente da Associação Comercial e Industrial da Barra e proprietário do Colégio Angloamericano, chegou a considerar a candidatura à nova prefeitura.

O governador Moreira Franco e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Gilberto Rodrigues, são os principais personagens associados aos emancipacionistas nas esferas de governo. O *Jornal do Brasil* menciona, sem maiores explicações, que Moreira Franco era amigo íntimo da família Medina. Por sua vez, Gilberto Rodrigues era descrito como o “principal braço político de Moreira”⁸. Estabelecida essa relação, entende-se que os principais emancipacionistas ocupavam uma posição social semelhante. Isso significa que os representantes do grupo favorável à municipalização compartilhavam um capital cultural e econômico similar, diferenciando-se do restante da população. Embora a defesa do projeto contasse com outros interlocutores, eles apareceram com menor frequência no jornal.

A motivação para o projeto de emancipação era o desejo de descentralização administrativa. Os emancipacionistas apontavam a existência de uma assimetria entre os impostos arrecadados e os projetos implementados no bairro. Em “Medina vislumbra felicidade”, o argumento é de que não havia ações da prefeitura aplicadas à infraestrutura

7 **MEDINA** deslumbra felicidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 00226 (2), 20 nov. 1987. Caderno Cidade, p. 11..

8 **O nome dele é Gilberto**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 00239 (1), 3 dez. 1987. Caderno Cidade, p. 32.

na Barra, ainda que seus moradores pagassem o IPTU mais caro da cidade. Para eles, a Prefeitura do Rio de Janeiro era mal administrada.

Essa argumentação retoma a narrativa do processo de urbanização da Barra nas décadas de 1960 e 1970. Considerando que a descentralização e a má gestão das políticas urbanas estão sendo mobilizadas novamente, entende-se que, na percepção dos emancipacionistas, o planejamento da Barra, que foi apresentado como solução ao mesmo problema no passado, falhou. Esse fenômeno evidencia que o projeto de emancipação da Barra também representa uma disputa sobre a continuidade do Plano Lúcio Costa.

É importante ressaltar que além de lideranças de instituições públicas e privadas, parte dos agentes do Projeto de Emancipação eram moradores da Barra da Tijuca. Apesar de terem status social elevado, frequentemente marcado pelo jornal, os emancipacionistas seapresentam de outra forma. Eles tentavam convencer a população de que eram simples moradores do bairro.

Mas não existe apenas um tipo de morador da Barra da Tijuca. As representações do bairro - “O paraíso” e o “Rio do futuro” - atraíram a elite característica da Zona Sul, mas também os novos ricos de outras partes da cidade. Além disso, com o passar do tempo, o temor em relação à formação de favelas se concretizou nas extremidades do bairro. Na década de 1980, já existiam outros usos, imaginações e uma população heterogênea na Barra da Tijuca. Os emancipacionistas representam apenas um tipo de morador da Barra: o morador decondomínio, caracterizado pelos elementos da “experiência de fechamento”.

O status dos emancipacionistas, a ausência de outros tipos de moradores na discussão e a falta de homogeneidade na Barra, indicam que o projeto de emancipação foi criação de um grupo específico. Segundo as notícias do *Jornal do Brasil*, as ações pró emancipação ocorreram na porta dos condomínios-cidade e no salão de grandes hotéis. Em um evento sediado no Hotel Othon, em 1987, os participantes são descritos pelas suas roupas chiques e posições sociais⁹. Para este grupo, composto por representantes de empreendimentos privados na Barra da Tijuca, a descentralização do governo e a revisão do Plano Lúcio Costa eram estratégias interessantes para ampliar as formas de obtenção de lucro na região.

Os emancipacionistas também estavam interessados na preservação do estilo de vida da Barra. Ao abordar a gestão urbana do Rio de Janeiro, os emancipacionistas alegavam que os prefeitos teriam transformado o centro do Rio no “gueto da Cidade”. Essa fala, que põe a vida na Barra em contraste à vida nos bairros mais antigos, também não aparece pela primeira vez na década de 1980. A disputa acerca das representações da vida na Barra da Tijuca, iniciada na década de 1960, são identificadas na discussão sobre

⁹ VOTAÇÃO no Othon foi de 66 a 44. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 00015 (2), 23 abr. 1988. p. 20.

a municipalização.

Em 1980, haviam dois projetos de emancipação na Zona Oeste. O primeiro implicava municipalização de toda a área de Jacarepaguá, com áreas de menor prestígio social em seu território, como Cidade de Deus, Gardênia Azul e Rio das Pedras. O segundo dispunha sobre a municipalização da Barra da Tijuca. O projeto que levou ao plebiscito foi o que sugere a emancipação da Barra. Segundo o *Jornal do Brasil*, essa foi a proposta que obteve mais engajamento e tramitou com velocidade nas vias legais. O primeiro projeto foi abandonado e arquivado pelas esferas governamentais.

O Projeto de Emancipação da Barra excluía as áreas situadas às suas margens, onde haviam se formado favelas, locais comumente referenciados por construções irregulares e ocupação de pessoas pobres. Os emancipacionistas argumentavam que uma gestão autônoma traria facilidade em lidar com pessoas “carentes”, como por meio de políticas de moradia. Mas o que a exclusão desses lugares deixa evidente é que a municipalização da Barra da Tijuca serve à estética e à moralidade de um estilo de vida específico: o da “experiência de fechamento”, caracterizada pelo isolamento socioespacial. Roberto Medina comemorou a aprovação da proposta na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, afirmando que “a Barra acordou mais feliz”. No *Jornal do Brasil*, o publicitário deu motivos para acreditar que o Município da Barra da Tijuca seria bem sucedido e buscou transmitir a noção de uma satisfação geral. No entanto, o *Jornal do Brasil* explicou que entre a população do bairro e da cidade do Rio, não havia consenso da positividade do Projeto de Emancipação.

Os situacionistas

Em 1987, trinta e seis parlamentares votaram a favor do projeto de emancipação da Barra da Tijuca, iniciando o processo de desmembramento de municípios. A partir desse momento, houve uma intensa movimentação das pessoas contrárias à emancipação, que formaram o grupo de situacionistas. Esses agentes, vindos de cargos administrativos, tinham o objetivo de publicizar negativamente e inviabilizar o caso. Ainda em 1987, a articulação dos situacionistas conseguiu uma liminar para o adiamento do plebiscito, alegando inconstitucionalidade na proposta. Em 1988, uma alteração na lei de desmembramento de municípios determinou que o processo deveria acontecer mediante a consulta pública das “partes interessadas”, sendo ambíguo na definição de eleitores, o que ajudou o argumento dos situacionistas¹⁰.

No processo legislativo em torno da emancipação, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi um agente em oposição aos emancipacionistas. Seus integrantes organi-

10 CONSTITUINTE complica Emancipação da Barra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. Edição 00332 (5), 9 de março de 1988, p.1

zaram liminares e buscavam meios burocráticos para suspender ou no mínimo atrasar as decisões sobre a municipalização. Entre eles, Marcello Alencar, que já havia sido prefeito do Rio de Janeiro, não mediu esforços para barrar a aprovação do plebiscito, sendo o autor da maioria desses documentos.

O prefeito em exercício, Saturnino Braga, foi o grande agente situacionista na discussão pública sobre a emancipação da Barra. Ele aparece comentando o projeto em várias ocasiões no *Jornal do Brasil*, como em novembro de 1987, “Saturnino acha um absurdo”. Segundo ele, a Barra da Tijuca nasceria em dívida com a cidade. Seus argumentos se baseavam nas dificuldades administrativas que a Barra enfrentaria como município, a exemplo do gasto inicial de 193 milhões para construções de escolas, de hospitais e para a realização de concursos públicos.

Junto ao prefeito, a administradora regional da Barra da Tijuca, Vera Chevalier, foi uma participante assídua nas discussões públicas sobre a emancipação, apresentando argumentos semelhantes. O prefeito também foi embasado pelo presidente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que apontou que “Criar novas unidades de governo representam novos problemas para se enfrentar em uma época em que já havia problemas demais” (Carlos Nelson Ferreira dos Santos, no *Jornal do Brasil* em 21 de novembro de 1987). Para os representantes do poder executivo, os problemas poderiam ser resolvidos em negociações internas e investimentos na região administrativa da Barra da Tijuca.

A resposta da prefeitura ultrapassou o discurso, valendo-se de obras na região. Em uma das ocorrências, um morador disse que “a Barra nunca viu tanta obra”. Saturnino também revelou a intenção de resgatar uma noção de unidade na relação da Barra da Tijuca com o Rio de Janeiro. Ao comentar o plebiscito, o prefeito alegou que os moradores estavam do seu lado pela defesa do Rio. Nesse pronunciamento é importante destacar que a luta situacionista está em defesa do Rio, incorporando as preocupações da Barra à totalidade da cidade¹¹. Em conjunto com a Associações de moradores do bairro e de outras regiões, ele ajudou a elaborar o slogan “Apartheid não”. Essa expressão fazia referência ao movimento de segregação racial na África do Sul na década de 1940, que teve como consequência uma série de episódios violentos. Por meio dessa alegoria, os situacionistas buscavam atribuir um sentido negativo aos defensores do projeto que pretendia separar a Barra da Tijuca do Rio de Janeiro.

Outro slogan elaborado pelos agentes contrários à municipalização foi “Barra verde, Rio Unido”. Essa expressão mobilizou as imaginações sobre a vida na Barra da Tijuca, associando-as à paisagem natural da região. Ela buscou relembrar que este é o estilo de vida que os moradores desejam preservar desde a demanda pelo planejamento urbanís-

11 **PREFEITURA** combate divisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. Edição 00238 (1), 2 de dezembro de 1987.

tico na década de 1960, desejo que foi atendido na elaboração do plano. Esse termo mostra que a discussão pela emancipação representa uma disputa pelo Plano Lúcio Costa, responsável por controlar as edificações dos mercados imobiliários e comerciais que mudariam os usos da Barra da Tijuca.

Essa narrativa foi utilizada pelos situacionistas com o objetivo de gerar desconfiança sobre as motivações da municipalização. O seu interlocutor foi Cláudio Becker, presidente da associação de moradores da Barra. Segundo ele, os parlamentares votaram e aprovaram o projeto por causa de interesses e relações com os maiores proprietários de terra da região. Ele tentava mostrar essa associação questionando a velocidade da aprovação do projeto na Assembleia Legislativa e o arquivamento da proposta de Emancipação de Jacarepaguá. Becker aparecia com frequência no *Jornal do Brasil*, argumentando que os interesses envolvidos na municipalização eram exclusivamente comerciais, o que prejudicaria a qualidade de vida na Barra.

Cláudio Becker foi um dos principais agentes da disputa sobre o projeto de emancipação. Além de propor-se a convencer o grande público fazendo denúncias ao processo, ele foi o responsável por articular outras quarenta associações de moradores em oposição à municipalização. Junto a Saturnino, ele foi fundamental para gerar uma movimentação popular em torno da discussão, apontando preocupações relevantes para o morador da Barra e mobilizando outros bairros da cidade.

Em sua obra acerca do desmembramento de municípios, Fabrício Tomio (2022) afirma que é possível que se criem mecanismos para facilitar e para dificultar o processo. A forma como os atores políticos imaginam as consequências da municipalização interfere nos processos de decisão e influencia outros atores a assumirem uma posição favorável ou contrária. Por isso, os deputados e executivos estaduais sempre são agentes privilegiados na disputa em torno da criação de municípios. As lideranças locais, a exemplo de Cláudio Becker, e os eleitores também são agentes muito relevantes no processo. No entanto, os parlamentares e executivos estão no foco das decisões sobre a municipalização.

No *Jornal do Brasil*, a maioria dos textos evidencia a participação de grandes empresários, deputados estaduais e representantes do poder executivo nas discussões em torno do projeto. As posições sociais dos interessados na municipalização tornou possível que os emancipacionistas se aproximassem do poder legislativo. No entanto, os principais situacionistas ocupavam cargos do poder executivo. Compreendemos que a discussão sobre o

Plebiscito da Barra se deu entre agentes privilegiados, com poder de influência ou decisão, configurando uma disputa ainda mais complexa.

“Afinal, vai sair ou não o plebiscito da Barra?”¹²

A discussão em torno do Projeto de Emancipação da Barra no *Jornal do Brasil* durou cerca de um ano, sendo mencionada e noticiada no período de novembro de 1987 a julho de 1988. Nesse recorte, o foco estava na disputa política, em que um grupo de pessoas tentou emplacar o plebiscito e o outro buscou impedi-lo. Esses grupos foram atravessados por decisões de instituições como o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Supremo Eleitoral.

Ainda que a maior parte da Assembleia Legislativa tivesse votado a favor do plebiscito, atores como o prefeito da cidade do Rio de Janeiro e a administradora regional da Barra se posicionaram contra a municipalização. Por conta disso, o conflito se concentrou em espaços institucionais, envolvendo esferas governamentais, associações de moradores e representantes de empresas privadas. Essa investigação mostrou que a criação do Projeto de Emancipação ocorreu sem muita participação popular.

As notícias do *Jornal do Brasil* tentavam manter os leitores informados no processo. Entretanto, são poucas as ocorrências em que os cidadãos são os interlocutores da discussão no *Jornal do Brasil*. Não foi possível identificar se essa ausência é responsabilidade dos editores do Jornal, uma vez que nele existiam espaços destinados à opinião pública. O que as ocorrências revelam é que os moradores da Barra da Tijuca não pareciam estar muito envolvidos.

Em “O que nos ensina o pragmatismo” (2017), Daniel Cefai nos explica que um problema público parte de elementos que perturbam o cotidiano de uma população, que a partir da racionalidade e da organização coletiva, estabelecem relações de causa, de efeito e de responsabilização. Esse processo é anterior à publicização e à própria tramitação de projetos nos espaços de decisão governamental. No projeto de Emancipação da Barra não é isso o que acontece. Em 07 de agosto de 1987, o *Jornal do Brasil* questionou a falta de conversas e discussões sobre o tema nas ruas, iniciando o texto com a frase: “Quanto à população, bem - até agora a população está completamente alheia à essa discussão”.

Os representantes dos mercados, dos poderes legislativo e executivo surgiram como os únicos agentes criadores desse processo. Em 9 de abril de 1988, o *Jornal do Brasil* publicou que o Tribunal Superior Eleitoral havia marcado a data do plebiscito. Essa foi uma vitória jurídica dos emancipacionistas, o que reflete que os interesses políticos dos parlamentares estavam alinhados com as iniciativas da municipalização. Mas nas ruas, a história foi outra.

Com o plebiscito marcado, os emancipacionistas reuniram um grupo de pessoas favoráveis e realizaram manifestações na porta de condomínios como o Novo Leblon.

¹² Na Assembleia a confusão é total. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00027 (7), Caderno Cidade, p.37.

Mas a campanha da oposição já havia começado bem antes, em 1987, quando a proposta teve sua primeira aprovação na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Desde então, a articulação entre a prefeitura e as associações de moradores, a disseminação dos slogans e as manifestações públicas apenas cresceram.



Esta imagem é uma página do “Jornal do Brasil” do caderno “Cidade”, publicada no Rio de Janeiro na quarta-feira, 22 de junho de 1988. O título principal é “Não tem talvez”. O subtítulo, “Barra entra na campanha e agora é sim ou não”. À direita do título, há a imagem de um homem, vestindo uma camisa pólo, com a mão direita levantada, como se estivesse coçando a cabeça, enquanto olha para a direita. O fundo da imagem é claro, e o rosto do homem está sombreado, sugerindo que a foto foi tirada ao ar livre.

A campanha dos situacionistas obteve um maior alcance, inclusive aproveitando a falta de engajamento dos moradores em prol da emancipação. Seus representantes vinham divulgando um boicote ao plebiscito em programas de rádio e de televisão, utilizando os slogans simbólicos que associavam a Barra à totalidade do Rio de Janeiro. Eles também contribuíram para a organização de eventos esportivos na orla e nos próprios condomínios-cidade, onde estavam o público o qual se endereçava a campanha emancipacionista.

Dessa forma, compreendemos que as atividades criadoras dos contrários ao projeto, que combinavam técnica, materialização e discursos simbólicos, levaram ao resultado do plebiscito. No dia 3 de julho de 1988, num domingo de sol, eles saíram vitoriosos porque as pessoas não foram votar. Dos 47.955 eleitores inscritos, apenas 6.217 moradores compareceram, invalidando o referendo por falta de quórum mínimo. Nesse momento, o *Jornal do Brasil* publicou expressões como “A Barra fica” e “A Barra é carioca”, revelando a força da narrativa simbólica dos situacionistas, que remontam as construções da década de 1960, em que a Barra é concebida como o futuro da cidade do Rio de Janeiro.

A emancipação da Barra ao longo do tempo

A Barra da Tijuca continuou crescendo. O Sindicato da Indústria da Construção

Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), informou que a Barra da Tijuca foi líder de vendas de apartamentos em 2021. O valor geral de vendas arrecadado chegou a R\$1,285 bilhão. Essas informações indicam que o bairro conta com um maior número de moradores a cada ano e que o adensamento urbano ocorre ainda nos dias de hoje.

No *Jornal do Brasil* há menos de vinte ocorrências sobre o Projeto de Emancipação entre as décadas de 1990 e 2020, mas a Emancipação da Barra não desaparece completamente. Em 18 de maio de 2008, o *Jornal do Brasil* publicou “Emancipação: polêmica volta à tona”, mostrando que o desejo de transformar o bairro em município ainda existe. A narrativa emancipacionista é semelhante, alegando a falta de investimento em serviços na região, dando ênfase aos problemas de segurança e de transporte público.

A narrativa contrária ao movimento também não se transformou tanto, pois ainda utilizam a estratégia de criar desconfiança com os interessados na municipalização. Entretanto, a indústria imobiliária aparece menos. Dessa vez, os algozes seriam os líderes comunitários, que frustrados em não alcançarem um cargo público, apostam na emancipação como uma última oportunidade. Nesse artigo, os situacionistas, embora não sejam chamados assim, também retomam a ideia de que a Barra teria muitos problemas financeiros enquanto município.

Essa ocorrência aparece isolada ao longo de 20 anos. No período de 2010 a 2019 não há registro de Emancipação ou Plebiscito da Barra no *Jornal do Brasil*. Porém, em 2022, veículos de informação como O Globo, VEJA Rio e Diário do Rio noticiaram que há um novo grupo se articulando em prol da municipalização do bairro. Esses veículos, que mostram textos semelhantes, apresentam novos agentes e uma outra narrativa para o projeto, associando-o à luta dos ambientalistas.

Nos anos 1980, a literatura sobre a pauta ambiental cresceu nos Estados Unidos, sendo vinculada à discussão da justiça social e ganhando contornos de “geopolítica”. Segundo Souza (2015), “geopolítica” refere-se ao planejamento do exercício do poder com base na espacialidade, uma dinâmica que, nas metrópoles brasileiras, apoia-se no discurso ecológico. Assim, a questão ambiental tem sido analisada por geógrafos como David Harvey em sua relação com a produção e organização dos espaços dentro de uma lógica capitalista, em que as empresas estão constantemente em busca de novos territórios, resultando na redefinição da relação com a natureza (PREVITALI, 2011).

A questão ambiental tornou-se central na competição interurbana, pois “meio ambiente” e “sustentabilidade” são categorias que funcionam como marcas atrativas (ACSELRAD, 2004). No caso do Projeto de Emancipação da Barra da Tijuca, esses conceitos são mobilizados para angariar apoiadores. Isso evidencia que os ambientalistas da emancipação possuem uma razão utilitária, em que o meio ambiente é visto como uma “oportunidade de negócios”.

Nos textos foi possível identificar Roberto Monteiro de Pinho, fundador da Associação Nacional e Internacional de Imprensa e editor executivo dos jornais Tribuna da Imprensa Digital e Última Hora Online. Também conhecido por defender a pauta ambiental, atualmente lidera a mobilização para a Emancipação da Barra da Tijuca. Ao seu lado está Donato Veloso, presidente do Pacto Ambiental Lagoa Viva e colunista na plataforma “Portal em Foco”, onde escreve sobre o meio ambiente.

O grupo é comandado por Roberto e possui aproximadamente trezentas pessoas. A expectativa dos interessados na emancipação da Barra era que acontecesse um novo Plebiscito no final de 2023, o que não aconteceu. Após essas ocorrências entre julho e agosto de 2022, não houve atualização sobre o tema nos grandes veículos de mídia.

Porém, no *Última Hora Online* a questão ainda está em pauta. Suas ocorrências mostraram que existe uma Associação de Emancipação da Região da Barra da Tijuca, que elaborou um “Manual da emancipação” para defender a sua viabilidade. Essa criação tem o objetivo de apresentar todo o processo da emancipação detalhadamente, “enumerando passo a passo o trajeto a ser percorrido desde a mobilização popular, a campanha de esclarecimento e construção do ideal urbano, ambiental e documental que dá origem à convocação do Plebiscito”¹³.

Desde o seu lançamento em 2023, o manual vem sendo aprimorado e apresentado em coletivas de Imprensa organizadas pelo grupo. O presidente da associação explica que o processo acontecerá em duas fases, sendo a primeira dedicada ao esclarecimento da população e a segunda às questões institucionais. Nessas reuniões, expressam a preocupação principalmente com a segurança e o transporte, mas também com o controle urbano. Em um vídeo no *Última Hora Online*, um participante não identificado menciona a insatisfação com as pessoas que vêm ao bairro para sujar, roubar e trazer o caos.

No movimento “Barra Livre”, expressão resgatada da década de 1980, os integrantes se dividem nas coordenadorias: ambiental, mobilidade urbana, transporte, segurança, saúde, educação, terceiro setor, urbanismo e entretenimento e turismo. Os dois últimos segmentos contam com paisagistas e arquitetos que imaginam uma Barra com avenidas e praças de alto padrão, em referência a Miami e Barcelona. Segundo eles, por conta de seu potencial turístico e financeiro, é preciso fazer do Município da Barra a “Miami Brasileira” com o objetivo de colocá-lo no mapa internacional.

Ao abordar o momento ápice da discussão acerca da Emancipação da Barra com o Plebiscito na década de 1980, o texto ressalta que o “sim” ganhou nas urnas, apesar da ausência de quórum. Para Roberto Monteiro de Pinho, a proposta emancipacionista está melhor estruturada, plural e organiza um amplo trabalho de esclarecimento da população para materializá-la. O *Última Hora Online* apresentou o resultado de duas pesquisas

13 IPTU: Barra da Tijuca está entre as regiões mais taxadas. Última hora, 03 de janeiro de 2023.

realizadas pelo grupo “Barra Livre” em fevereiro e em março de 2023, em que 97% e 67% dos moradores disseram concordar, conhecer ou já ter ouvido falar do projeto.

Os novos situacionistas

Apesar das tentativas de conhecer e conversar com um integrante do movimento “Barra Livre” e da Associação de Emancipação da Região da Barra da Tijuca, não tive retorno. Embora tenha conseguido trocar algumas palavras com Donato Veloso, ele me informou ter se afastado da discussão por estar focado nos assuntos do Pacto Ambiental. No entanto, um outro personagem identificado nas ocorrências, em 2008 no *Jornal do Brasil* e em 2022 no *O Globo*, me concedeu uma entrevista acerca de suas expectativas sobre a Barra da Tijuca, a instituição que representa e a opinião sobre o projeto de municipalização do bairro.

Delair Dumbrosk se tornou uma figura pública por ter sido presidente do Clube de Regatas do Flamengo, mas ocupa o cargo de presidente da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT) desde a sua fundação em 1992. A CCBT é uma associação de condomínios, clubes e instituições da Barra, representando mais de 60 mil unidades e 250 mil moradores¹⁴. A instituição dispõe de suas próprias normas de funcionamento, organizando os moradores de condomínio para estabelecer conexões com o poder público e com as empresas privadas. Nas ocorrências analisadas, ele manifesta sua opinião contrária à Emancipação da Barra, podendo ser identificado como um novo situacionista.

O empresário se tornou residente da Barra da Tijuca no início da década de 1980 por motivos profissionais, mas também pela busca de “qualidade de vida”. Antes morador do Flamengo, ele lembra que haviam muitos carros estacionados na calçada do bairro dificultando a passagem, entre outras características que faziam o lugar “degradado”. Ele viu que a vida nos condomínios representava uma nova forma de vida e fez conexões com outros moradores para desenvolver e preservar esse patrimônio. Nessa experiência coletiva, compreendeu que atividades como podar as árvores, varrer as ruas e tirar o lixo são responsabilidades comuns, não sendo necessária a espera pela ação da Prefeitura.

Para explicar a fundação da Câmara Comunitária, Delair também cita a formação de uma favela próximo ao condomínio Santa Marina, onde morava. Ele conta que nessa experiência, que ele chama de “invasão”, foi preciso organizar os condomínios juntando ideias e recursos. A solução encontrada pelo conjunto foi de comprar o terreno, e assim se livraram do problema que a formação da favela representava. Assim, ele entendeu que era preciso articular com outros grupos e tomar providências para as questões da vida coletiva na Barra.

14 CÂMARA COMUNITÁRIA DA BARRA DA TIJUCA. Disponível em: <https://www.ccbt.org.br/>. Acesso em: 4 out. 2024.

Segundo ele, a Câmara Comunitária da Barra da Tijuca foi criada com duas finalidades: a) Buscar a integração dos moradores, fazendo com que as pessoas se conhecessem e construíssem os problemas e b) “brigar” com o poder estabelecido, do estado ou do município, pelas deficiências do bairro. Sobre esse objetivo, ele menciona a “briga” pelo batalhão de polícia da Barra, pela duplicação e sinalização da Av. Das Américas, pela restrição construtiva, e dá outros exemplos. Hoje a instituição possui sede própria, corpo de funcionários, atendimento a dependentes químicos, ginástica para terceira idade, coral, viagens para os moradores e outras atividades além das “brigas” com o poder público.

O interlocutor concorda que a Barra tem problemas e acredita que muitos são solucionados com a intervenção da Câmara em parceria com empreendimentos privados. O maior exemplo é a segurança. Ele argumenta que existem mais de cinco mil vigilantes contratados trabalhando diariamente nos condomínios, nos shoppings, nos mercados, o que faz da Barra um dos bairros mais seguros do Rio de Janeiro. Segundo ele, este não é um feito da prefeitura, que deve ter dedicado apenas quinhentos agentes policiais à região.

Quando perguntado sobre o Projeto de Emancipação, Delair diz para esquecer o assunto. Para ele, a municipalização da Barra da Tijuca já teve o seu momento, quando a região era apenas um vazio. A criação do município fazia sentido na década de 1980, pois o bairro era novo, sendo possível estabelecer uma Constituinte própria. Porém, hoje a Barra da Tijuca está completamente integrada à cidade. Para explicar sua posição, ele utiliza o exemplo do próprio condomínio. Em cada um deles existe uma norma, o horário de abrir e fechar a piscina, o de diminuir o volume, entre outras políticas de convivência, sendo muito confuso criar um funcionamento alternativo. Da mesma forma ocorre com a Barra em relação ao Rio de Janeiro.

Na década de 1980, Delair Dumbrosk era diretor da Associação Comercial da Barra e compôs o Comitê pró emancipação com o objetivo de preparar o bairro para o crescimento. Porém, a legislação determinou um quórum que não foi atendido no Plebiscito, o que segundo ele, é preciso aceitar. E “não adianta querer organizar depois que cresceu”. Atualmente, e essa é a missão da Câmara Comunitária, é preciso “brigar” por melhorias na cidade como um todo.

Para Delair, quem ainda está envolvido com a emancipação da Barra possui interesse em lançar candidaturas políticas e ocupar cargos públicos. Para ele, a pauta ambiental, inserida à nova configuração da proposta, não justifica a emancipação. Ele cita o professor universitário, vice-presidente e diretor ambiental da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, David Zee, para argumentar que a instituição incorporou a luta pelo meio ambiente, mas que faz isso por toda a cidade. Afinal, não existem paisagens naturais apenas na Barra, a exemplo da Baía de Guanabara, da Praia de Guaratiba e de muitas outras.

David Zee é professor de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Ja-

neiro e mora na Barra desde 1981. Ele se domiciliou no condomínio Riviera Del Fiori, onde mora até hoje, com expectativa de desenvolver pesquisas sobre poluição nas lagoas da região que mais crescia na cidade. Ele conta que nas décadas de 1970 e 1980 o plano urbanístico só havia dado as vias de acesso e a drenagem para o bairro, “deixando que os incorporadores se virassem”. Por isso, a Barra se desenvolveu como “fortes à parte”, ou seja, condomínios isolados como o Barramares, o Atlântico Sul, o Nova Ipanema e o Riviera Del Fiori, numa região com grandes problemas de infraestrutura.

Essa condição fez com que a população se interessasse em temas sociais e urbanos com o objetivo de viabilizar a própria segurança e infraestrutura. O professor conta que rapidamente fez conexões com vizinhos e lideranças comunitárias, pois “o povo da Barra é esclarecido, com boa formação”. Junto a essas lideranças, ele buscou especialistas em energia, segurança, infraestrutura urbana, engenharia civil e outros profissionais dentro e fora das instituições governamentais para pensar o desenvolvimento da Barra. Dessa forma, reuniu-se pessoas com conhecimento técnico e engajamento social na Câmara Comunitária da Barra da Tijuca.

Ele diz que na época pensava-se que o governo não daria tanta atenção à organização, mas à medida que a população aumentou, ela obteve densidade política. A Câmara da Barra da Tijuca cresceu com mais de duzentos condomínios, pensando na coletividade. Em função disso e de sua composição técnica, hoje a instituição é respeitada ao ponto de ter um telefonema atendido pelo prefeito ou governador.

David Zee retomou a história da formação da CCBT para explicar que a emancipação não era a melhor opção nem mesmo na década de 1980. Em sua opinião, criar um município despenderia muitos recursos em salário de políticos, vereadores e figuras que já não possuem boa imagem, podendo ser “cabide de emprego de oportunista”. Para ele, é melhor definir o que o bairro precisa e conversar com os poderes já estabelecidos.

Hoje existe um novo Projeto de Emancipação da Barra, mas que a Câmara Comunitária não comunga. Segundo o interlocutor, a questão ambiental é um “parâmetro de descontentamento” que está sendo mobilizado politicamente para justificar o Projeto de Emancipação. Realmente existem pessoas interessadas na preservação do meio ambiente e que querem participar, mas que não estão instrumentalizadas para isso. A proposta de criar um município aparece como uma solução. Porém, formar uma nova estrutura governamental custa dinheiro, “dinheiro esse que podia ser aplicado na despoluição das lagoas efetivamente”. Ele acrescenta que desenvolver e implementar soluções para a despoluição depende de muito trabalho e que a troca de governo não resolveria a questão.

A solução do problema ambiental são obras, investimentos e políticas. Não precisa mudar o governo para fazer isso, o próprio governo pode fazer. Mas como a gente faz isso? Tendo uma opinião pública coesa. (trecho da transcrição de

entrevista com David Zee em 25 de janeiro de 2024).

Para David Zee, fazer a sociedade participar e amadurecer as ideias referentes à preservação ambiental é muito mais importante do que criar um município. Para isso, é preciso organizar uma estrutura de comunicação em que as pessoas se entendam. A Câmara Comunitária achou esse canal nos interesses do condomínio, e por isso a maioria dos membros da CCBT são síndicos, conseguindo acessar a estrutura de comunicação condominial.

Como é difícil inaugurar uma nova forma de comunicar, pensa-se no condomínio como “uma célula já organizada de transmissão de informações”. Assim se faz com a pauta ambiental e com outros problemas da Barra, como o do transporte público e o da segurança. Dessa forma, a CCBT consegue articular a população e inserir seus membros em comitês de monitoramento, espaços de decisão do governo e em ações voluntárias. Se é possível fazê-lo, segundo o professor, a possibilidade é de que os interessados na emancipação possuam interesses individuais como o de se lançar a vereador ou a prefeito e arrematar salários, reproduzindo as estruturas existentes.

Considerações finais

Na década de 1980, um grupo de pessoas favoráveis à separação da Barra da Tijuca do Rio de Janeiro criou e engajou o Projeto de Emancipação da Barra com o desejo de descentralização política e administrativa. Este impulso ocorreu por conta dos problemas vivenciados no bairro e em toda a cidade. Para eles, a criação do Município da Barra representava não mais o futuro do Rio de Janeiro, mas uma nova forma de se viver, marcada pelo embolso do que as empresas privadas podem oferecer.

Seguindo a literatura acerca da formação da Barra da Tijuca a exemplo dos trabalhos de Lemos (2004), Lima (2005), Alves (2020) e Agueda (2021), compreende-se que esse desejo foi criado no passado pelo governo, pela indústria imobiliária e outros grupos sociais. Na década de 1960, o projeto de extensão da cidade apresentou a região como o “futuro do Rio de Janeiro”. Na década de 1970, essa representação se consolidou por meio dos empreendimentos e da publicidade, que buscavam atrair a população para a região. Essas imagens contribuíram para a construção material e simbólica do bairro dando origem à relação de distinção com o Rio de Janeiro.

Porém, ainda que o histórico do bairro explique o sentimento que incita o Plebiscito, a forma como ele aconteceu levanta suspeitas. Isso ocorre, pois as ocorrências no Jornal do Brasil mostram que o Projeto de Emancipação não foi uma criação da população, mas de um grupo resumido a agentes de uma mesma posição social. Essa ideia pode ser com-

provada pela descrição desses agentes, dos seus vínculos estreitos e da tentativa de excluir as regiões às margens, com menor prestígio social, do mapa da Barra da Tijuca.

O lado contrário a emancipação, denominado “situacionistas”, foi o responsável por levantar essas suspeitas, especulando sobre os interesses individuais que motivaram o projeto. Um dos argumentos mais utilizados é de que a municipalização era uma tentativa de desmantelamento do Plano Lúcio Costa, que tinha o objetivo de racionalizar as construções e a ocupação na Barra. Segundo os situacionistas, o verdadeiro objetivo da emancipação era dar autonomia aos empreendimentos da região para que pudessem edificar o bairro deliberadamente e lucrar ainda mais.

As ocorrências analisadas revelam que o Projeto de Emancipação da Barra não foi resultado da construção de um problema público, envolvendo agentes privilegiados e se desdobrando em espaços de decisão na maior parte do tempo. Porém, os situacionistas organizaram a ação política para evocar o sentimento de unidade entre a Barra da Tijuca e a cidade. Como estratégia, além dos discursos, eles buscaram promover obras, organizar eventos e associar diversos bairros do Rio de Janeiro.

Eles saíram vitoriosos no dia 3 de julho de 1988, pois a ausência de quórum no Plebiscito invalidou a votação. Porém, entre os presentes no pleito, o “sim” levou a melhor com 5.785 dos votos contra 433 do “não” e houve quem não se esquecesse disso. Em 2008, retomaram a discussão sobre a emancipação. Em 2022, aconteceu novamente com um grupo mais evidente e estruturado, disposto a propor um novo Projeto de Emancipação. O movimento “Barra Livre” e a Associação de Emancipação da Barra da Tijuca denunciam a gestão da prefeitura e, como novidade, trazem uma proposta que pauta a política ambiental e organiza um amplo esclarecimento da população.

Mas em sua configuração atual, também existem figuras dispostas a questionar o movimento. Delair Dumbrosk e David Zee, representantes da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, argumentam que as motivações para municipalizar o bairro são individuais, com o objetivo de se lançar em carreiras políticas, o que leva à reprodução das estruturas de governo existentes. A inserção das pautas acerca da preservação do meio ambiente é vista como uma estratégia política para comover a população e oferecer o desmembramento de municípios como solução.

No entanto, existem outras formas de ação política em prol das questões que permeiam a vida na Barra da Tijuca. Para os novos situacionistas, o caminho é criar ou se infiltrar em canais de comunicação para formar uma opinião pública coesa e combativa. A exemplo do trabalho comunitário da Câmara, eles acreditam existir maneiras mais eficientes de resolver os problemas do bairro e de toda a cidade, uma vez que a Barra está totalmente integrada ao Rio de Janeiro.

Referências

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 13-36.

AGUEDA, Rodrigo. Do Leblon ao Novo Leblon: experiências de fechamento e o processo de expansão urbana em direção à Barra da Tijuca. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 186 p.

ALVES, Rodolfo. Entre o passado e o presente, o futuro: O processo de formação urbana da Barra da Tijuca. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 176 p.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BARRA terá ação contra a emancipação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00243 (2), 7 dez. 1987, p. 12.

BARRAZINE. Conheça a incrível história da Barra da Tijuca. Disponível em: <https://www.barrazine.com.br/2021/12/conheca-a-incrivel-historia-da-bairra-da-tijuca/>. Acesso em: 1 out. 2024.

CÂMARA COMUNITÁRIA DA BARRA DA TIJUCA. Disponível em: <https://www.ccbt.org.br/>. Acesso em: 4 out. 2024.

CEFAI, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, n. 1, 2017.

CONSTITUINTE complica emancipação da Barra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00332 (5), 9 mar. 1988, p. 1.

DIÁRIO DO RIO. Saiba os dez primeiros bairros mais procurados para se morar no Rio. 1 abr. 2020. Disponível em: <https://diariodorio.com/saiba-os-10-bairros-mais-procura>

dos-para-se-morar-no-rio/. Acesso em: 1 out. 2024.

FONSECA, Letícia Prudece. A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX. 2008. Dissertação (Mestrado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 23-58.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JÁ ganhou. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00040 (2), 18 maio 2008, p. 22.

LEMOS, Luiz Henrique. Reprodução das elites, consumo e organização do espaço urbano: questões comparativas entre a Barra da Tijuca e a Zona Sul do Rio de Janeiro. 2004.

LIMA, Adriana. A Barra da Tijuca: Representações de “segurança” e privacidade no imaginário da cidade do Rio de Janeiro. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

MEDINA deslumbra felicidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00226 (2), 20 nov. 1987. Caderno Cidade, p. 11.

O nome dele é Gilberto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00239 (1), 3 dez. 1987. Caderno Cidade, p. 32.

OPOSIÇÃO se mobiliza contra a emancipação da Barra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00226 (2), 20 nov. 1987. Caderno Cidade, p. 11.

PDT suspende plebiscito na Barra até 89. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00244 (4), 8 dez. 1987. Caderno Capa, p. 1.

PLEBISCITO na Barra será batalha jurídica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00333 (1), 10 mar. 1988. Caderno Cidade, p. 8.

PREVITALI, Fabiane Santana. Resenha de: HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011. *Revista Pegada*, v. 13, n. 2, p. 203-206, 2012.

PREFEITURA combate divisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00238 (1), 2 dez. 1987.

PREFEITURA não pode combater a emancipação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00081 (5), 28 jun. 1988, p. 1.

ROCK IN RIO. História. Disponível em: <https://rockinrio.com/rio/pt-br/historia/>. Acesso em: 4 out. 2024.

SATURNINO acha um absurdo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00226 (2), 20 nov. 1987. Caderno Cidade, p. 11.

SINDUSCON RIO. Barra da Tijuca renasce como a campeã de vendas no Rio. Disponível em: <https://www.sinduscon-rio.com.br/wp/noticias/barra-da-tijuca-renasce-como-a-campea-de-vendas-no-rio/>. Acesso em: 1 out. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 8, n. 2, p. 9-21, 2006.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, 2022.

TSE suspende o plebiscito da Barra da Tijuca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00048 (4), 26 maio 1988, p. 1.

VEJA. Tijuca e Barra são os bairros mais procurados para aluguel de casas. 14 ago. 2020. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/alugar-casa-barra-tijuca/>. Acesso em: 1 out. 2024.

VOTAÇÃO no Othon foi de 66 a 44. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00015 (2), 23 abr. 1988, p. 20.